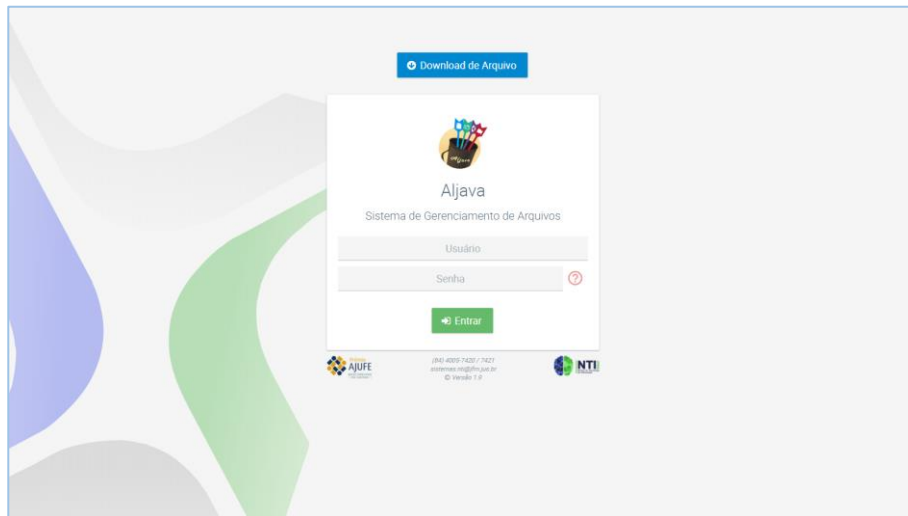


| Dados pessoais do(s) autor(es) da prática: | | | |
|--|---|-------------------|----------|
| Nome: | Diógenes Alves Oliveira David Montalvão Junior | RG: | |
| Telefone: | | E-mail: | |
| Órgão: | Justiça Federal no Rio Grande do Norte | | |
| Cargo: | Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação Supervisor da Seção de Planejamento e Projetos de TI | Cidade/UF: | Natal/RN |

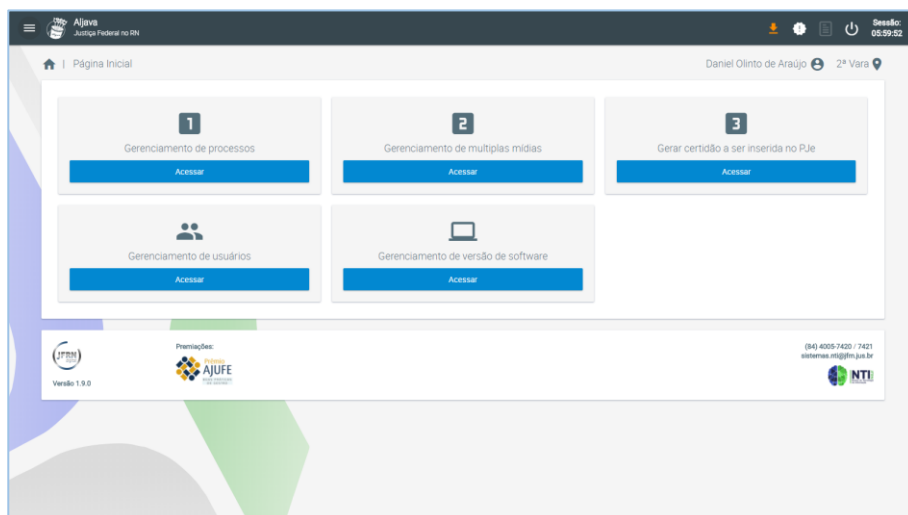
| Síntese da prática | |
|--|---|
| Título: | Sistema Aljava – Repositório seguro de mídias (PJe) |
| Categoria: | II. Boas práticas dos servidores na Justiça Federal |
| Descrição | |
| <p>A modernização dos procedimentos judiciais e a crescente expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe), trouxe à Justiça Federal no Rio Grande do Norte desafios de promover a integração dos Poderes através de ferramentas tecnológicas que pudessem apoiar o PJe e manter o objetivo maior de celeridade no julgamento dos processos.</p> <p>Pensando nisso, o Núcleo de Tecnologia da Informação, após imersão e mapeamento do processo de comunicação e troca de informações entre Ministério Público Federal, Polícia Federal e Varas Criminais da JFRN, desenvolveu, em parceria com 2ª Vara Federal e participação ativa de Dr. Walter Nunes, um sistema, em produção há 18 meses, que funciona como repositório de mídias (áudio, vídeo, imagens e documentos) utilizadas como provas associadas ao processo, nesse contexto, criminal.</p> <p>No processo de imersão identificou-se que o grande gargalo para o PJe, módulo criminal, está associado ao volume de informações e dados anexados ao processo, além da restrição do sistema em dispor anexo em tamanho máximo de 2 MB. Essa limitação fazia com que Ministério Público Federal e Polícia Federal enviassem documentos e provas através de mídias físicas, gerando extremo desconforto para os servidores das Varas Criminais e intenso retrabalho por parte dos Magistrados, comprometendo a celeridade do processo.</p> <p>Fazendo alusão ao equipamento utilizado para carregar grande quantidade de flechas pelos arqueiros além de permitir municiar-se com rapidez e facilidade, o sistema Aljava, como é conhecido, possui a versão <i>desktop</i> que possibilita a compressão de arquivos de áudio, vídeo, imagem e texto (PDF), e a versão <i>web</i> que permite o envio de um ou mais arquivos simultâneos para um ambiente seguro e criptografado e a geração de certidão que poderá ser associada ao processo no PJe, com os links e código de acesso externo aos arquivos disponibilizados. Esse sistema permitiu que os documentos enviados pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal anteriormente em mídia física, como CD's e DVD's, pudessem ser disponibilizados em infraestrutura da Justiça Federal, sem necessidade de salvaguarda de arquivos em mídias físicas.</p> <p>Outro fator importante do projeto está no seu custo associado. Por utilizar de infraestrutura já presente na JFRN e servidores/estagiários da Seção de Gestão e Desenvolvimento de Sistemas, o projeto não comprometeu orçamento da Justiça Federal apresentando custos associados apenas ao pagamento de salário dos servidores e bolsa auxílio dos estagiários envolvidos no projeto.</p> <p>Sabe-se, atualmente, do interesse do Tribunal Regional Federal da 5ª Região em estudar o Aljava como ferramenta de suporte ao PJe em sua nova versão. Em caso de positiva relação entre os sistemas, acreditamos no potencial do sistema Aljava em</p> | |

promover o acesso rápido e efetivo aos dados associados ao processo e na sua contribuição para o projeto maior de modernização da Justiça.

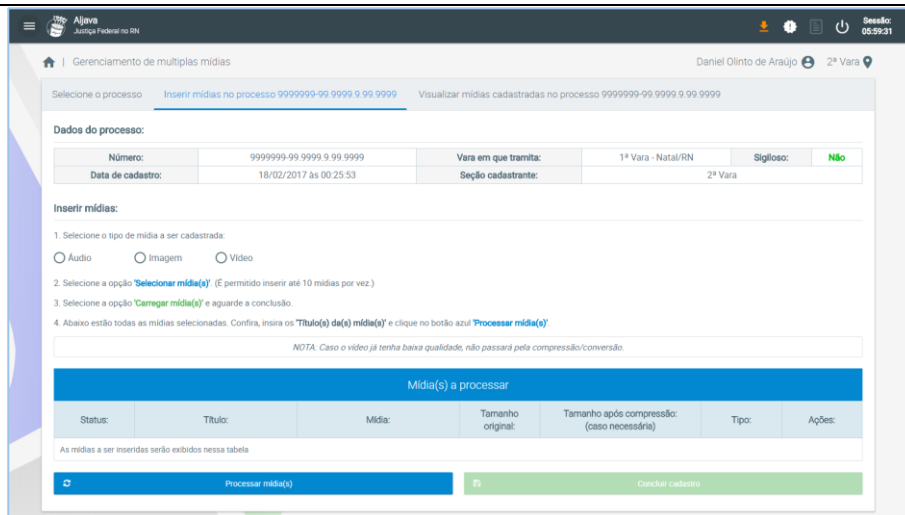
Imagens



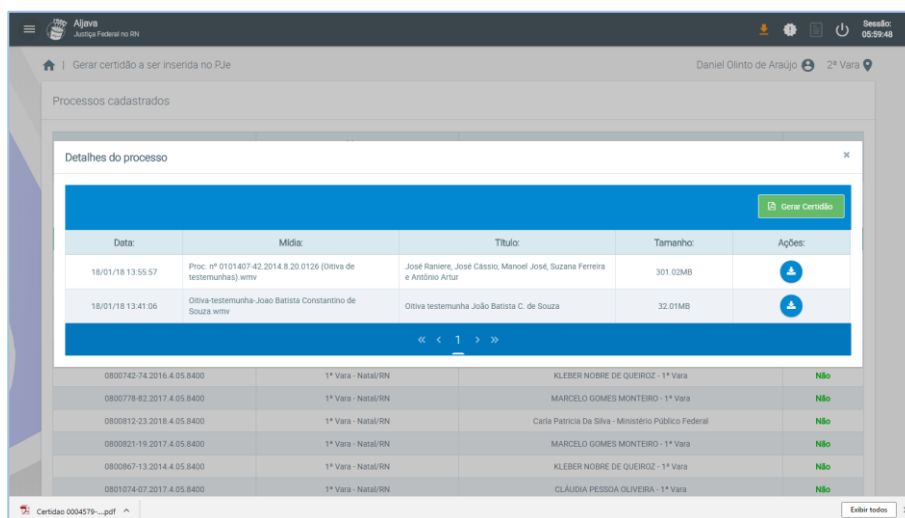
Aljava web - Página de acesso ao sistema



Aljava web - Tela inicial do sistema



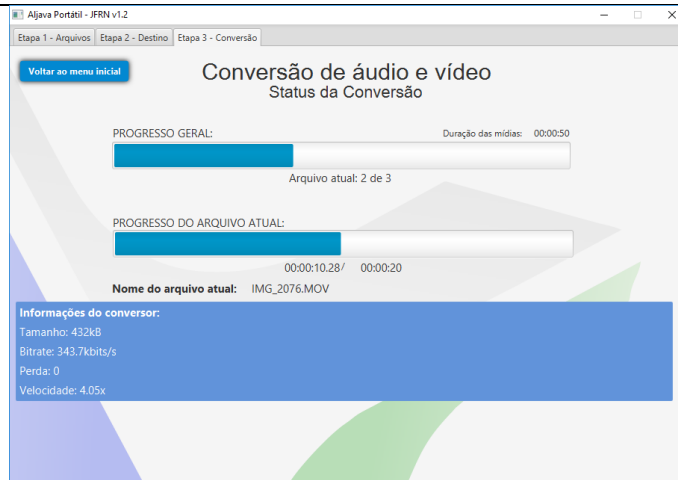
Aljawa web – Página de gerenciamento de mídias



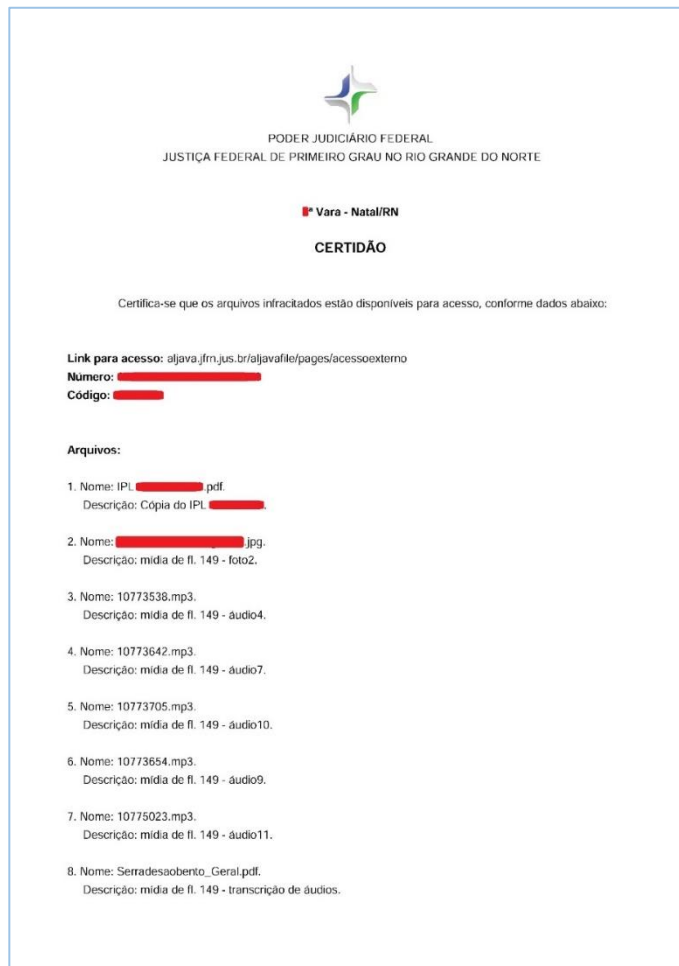
Aljawa web – Certidão sendo gerada



Aljawa desktop – página inicial



Aljava *desktop* – arquivos de vídeos sendo comprimidos



Modelo de certidão gerado pelo sistema